

O jogo dos senadores

Luís Costa Pinto

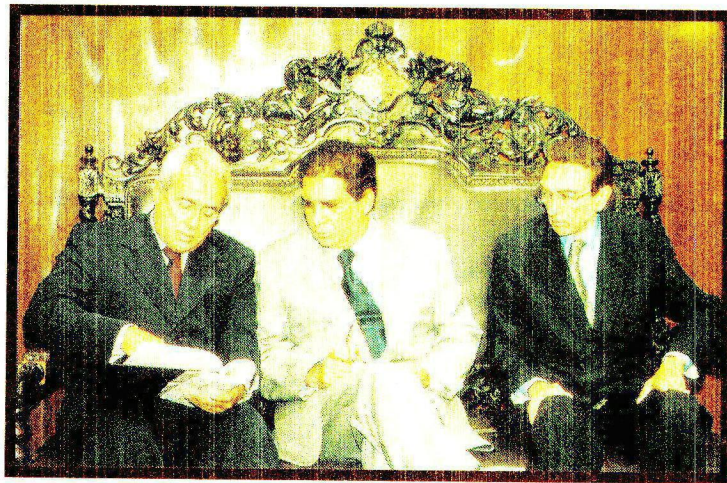
Da equipe do **Correio**

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), não enfrenta apenas a artilharia dos inimigos que o fustigam com denúncias de corrupção relacionadas a projetos financiados pela extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Desde a acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e a ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Célia Borges, ocorrida a 3 de maio, Jader defende-se do que chama "fogo amigo".

Familiares, senadores do PMDB, partido que preside, e integrantes da Mesa Diretora do Congresso pedem para que ele se

licencie do mandato na próxima semana. Argumentam que, para Jader, presidir a reunião da Direção da Mesa do Senado que acatará o relatório da Comissão de Ética pedindo a cassação de ACM e Arruda por quebra de decoro parlamentar será o equivalente a assinar a própria sentença de morte. Cassados os violadores do painel, o nome do presidente do Senado e do Congresso seria o próximo a figurar no elenco da faxina moral por que passam as instituições. "Não há cabimento neste tipo de pedido", diz Jader. "É claro que eu não gostaria de estar sentado na cadeira de presidente para despachar este processo à Comissão de Constituição e Justiça, mas o destino político é ingovernável."

Abatido, três quilos mais gordo em razão da tensão diária a que é submetido, distante da mulher



JADER (C): "QUERIA ESTAR LONGE DAQUI, VIAJANDO DE FÉRIAS COM A MÁRCIA"

Márcia Centeno, que se refugiou em Belém para escapar das cobranças jornalísticas de Brasília, Jader trocaria toda a agenda congressual pela companhia da família. "Queria estar longe daqui, viajando de férias com a Márcia e meus filhos", dizia ontem, dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu licença para processá-lo. O olhar era de cansaço, vez ou outra dirigia-se para o chão e fugiam do interlocutor, mas as mãos ainda gesticulavam com firmeza quando era instado a explicar acusações de fraude com dinheiro público ou enriquecimento ilícito. "Tenho 35 anos de

vida pública e o couro curtido pelas pauladas das disputas", diz, procurando razões para explicar o porquê de se submeter às pancadas. "Não vou sair dela agora com fama de corrupto. Quero que provem uma linha do que dizem de mim. Não conseguirão."

REVANCHE

A licença do mandato, estratégia urdida pelos senadores amigos de Jader para preservá-lo de eventuais vinganças dos aliados de ACM e despistar manobras que impossibilitem a sua inclusão no rol do lixo a ser removido na faxina ética, tem

sentido. Anunciando-se impedido de presidir a reunião da Mesa Diretora por ser adversário confesso de Antonio Carlos, o presidente do Senado se licenciaria e entregaria a administração dos trâmites da cassação para o vice, Edison Lobão (PFL-MA). Laércio Barbalho, pai de Jader, assumiria o mandato por dois meses. O senador poderia, então, viajar com a família. "Não há hipótese de aceitar isso. Cumpro o ritual do cargo e sigo os ritos a que ele me obriga", diz Barbalho.

Apesar de recusar os apelos de afastamento do cargo que lhe são feitos, Jader mantém intensas conversas com Antonio Carlos. Quer garantir que não haverá revanche caso o baiano seja cassado ou se veja obrigado a renunciar para não perder os direitos políticos. Não dialogam diretamente. Dois senadores, um de cada lado, fazem o leva-e-traz entre eles. A partir das conversas indiretas, Jader conclui: ACM parece reconhecer que ele não usa a presidência do Senado para acelerar ou facilitar a cassação do desafeto. "Eu me contentava apenas com a vitória política, quando venci a eleição no plenário", mandou dizer Jader a Antonio Carlos. O prosseguimento da disputa entre eles transformou duas biografias políticas em prontuário.